

Artigo

As políticas neoliberais brasileiras na condução da pandemia: uma necropedagogia

*Gabriela de Abreu Oliveira**

Resumo

As políticas neoliberais fundamentam uma gestão pública que opera através da necropolítica, sendo o governo Bolsonaro (2019-2022) um caso paradigmático deste fenômeno. A condução da saúde pública durante a pandemia de COVID-19 evidenciou processos estruturais de exclusão que atingiram parcelas significativas da população, culminando no marco de mais de 700 mil mortes evitáveis. O Sistema Único de Saúde (SUS), consolidado em 1988 como conquista democrática e social, enfrentou graves ameaças mediante a negligência estatal deliberada, a propagação sistemática de desinformação e o estímulo calculado à divisão social. Essas práticas institucionalizaram uma necropedagogia que, segundo análises documentais, atingiu cerca de 30% da população brasileira. Caracteriza-se como um projeto de doutrinação social sofisticado, voltado à naturalização da violência contra grupos vulneráveis e à repressão metódica de perspectivas críticas. Tal engenharia sociopolítica buscou forjar uma sociedade conivente com práticas de extermínio seletivo e com a supressão organizada de resistências ao projeto hegemônico, reconfigurando as bases do contrato social em moldes autoritários.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Necropolítica. Necropedagogia. Saúde pública. Pandemia.

Brazilian neoliberal policies in managing the pandemic: a necropedagogy

Abstract

Neoliberal policies underpin public management that operates through necropolitics, with the Bolsonaro government (2019-2022) being a paradigmatic case of this phenomenon. The conduct of public health during the COVID-19 pandemic highlighted structural processes of exclusion that affected significant portions of the population, culminating in the milestone of more than 700,000 preventable deaths. The Unified Health System (SUS), established in 1988 as a democratic and social achievement, faced serious threats through deliberate state negligence, the systematic spread of misinformation, and the calculated encouragement of social division. These practices institutionalized a necropedagogy that, according to documentary analysis, affected approximately 30% of the Brazilian population. It is characterized as a sophisticated social indoctrination project, aimed at normalizing violence against vulnerable groups and methodically repressing critical perspectives. This sociopolitical engineering sought to forge a society complicit in practices of selective extermination and the organized suppression of resistance to the hegemonic project, reconfiguring the bases of the social contract along authoritarian lines.

Keywords: Neoliberalism. Necropolitics. Necropedagogy. Public health. Pandemic.

** Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: gabi.administracao@gmail.com*

Encontramo-nos diante de um momento histórico que exige reflexão urgente sobre os rumos da sociedade brasileira. O modelo estatal neoliberal no qual estamos inseridos viabiliza decisões políticas excludentes e violentas, independentemente do governo eleito, dado que as possibilidades de resistência a esse modelo econômico-institucional são estruturalmente limitadas. Cabe-nos, portanto, identificar e explorar suas fissuras. A racionalidade neoliberal impregnou os interstícios sociais, manifestando-se nas relações interpessoais, nas lógicas empresariais, nas políticas públicas, nos dados estatísticos, nas instituições e nas mídias digitais - conformando, assim, tanto nosso consciente quanto inconsciente e restringindo nossa capacidade de imaginar alternativas possíveis. No contexto pandêmico da COVID-19, a lógica neoliberal radicalizou-se na violação sistemática de direitos fundamentais, convertendo agentes estatais em operadores ativos dessa maquinaria de exceção. O bolsonarismo consolidou uma racionalidade política fundada na articulação entre neoliberalismo e necropolítica, gerando pedagogias perversas que influenciaram pelo menos 30% da população, conforme aponta estudo de Teixeira (2022). No contexto brasileiro, a necropolítica assume particularidades ao instrumentalizar, via aparelho estatal, a eliminação de grupos específicos dentro de territórios demarcados. Tais práticas configuram uma necropedagogia, forma de educação opressiva que naturalizou condutas antipolíticas, antidemocráticas e eugênicas.

A complexidade desse quadro intensificou-se durante a pandemia (2019-2023), quando mais de 700 mil mortes ocorreram não apenas pela ação viral, mas como resultado cumulativo de políticas governamentais que as potencializaram. Metodologicamente, optou-se por estudo exploratório com abordagem qualitativa, permitindo analisar as derivações práticas do Estado capitalista-neoliberal. Utilizaram-se pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso, com foco no período pandêmico.

1. O modelo de Estado que subjaz a necropedagogia

O neoliberalismo constitui, primordialmente, uma racionalidade teórica formulada por economistas conservadores que, paradoxalmente, buscaram instrumentalizar o Estado em prol da lógica mercantil - contradizendo seus próprios discursos antiestatistas. Como Foucault (2019) observou, essa "fobia de Estado" revelou-se falaciosa na prática histórica. O Colóquio Walter Lippmann (1938) problematizou justamente essa pretensão de eliminar o Estado intervencionista, visto como obstáculo à suposta "ordem natural" do mercado e até como causador da crise econômica então vigente. Dardot e Laval (2016) destacam que o evento estabeleceu as bases teóricas para a reformulação do liberalismo clássico, criando um front ideológico contra comunismo, fascismo e vertentes sociais do liberalismo. A livre concorrência seria, nessa perspectiva, um mecanismo de "seleção natural" dos mais aptos, ameaçado por intervenções sociais. Como Harvey (2008) ressalta, os teóricos neoliberais apropriaram-se astutamente de valores como dignidade humana e liberdade individual - justamente por seu apelo universal - para dificultar a refutação prática de sua teoria e rechaçar alternativas estatais.

Se inicialmente pregava-se a retirada do Estado por temor à planificação econômica, logo se fez necessário reavaliar essa posição. Como Lippmann (apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.96) argumenta, o neoliberalismo implica antes uma questão de adaptação: os indivíduos precisam ser reeducados para viver sob uma nova ordem estatal, que não emerge espontaneamente. É nesse contexto que o Estado, particularmente através do direito, reassume papel central no projeto neoliberal como:

É precisamente ao Estado e à legislação produzida ou garantida por ele que cabe inserir as atividades produtoras e comerciais em relações evolutivas, enquadrá-las em normas harmônicas com a especialização produtiva e a extensão das trocas comerciais. Longe de negar a necessidade de um quadro social, moral e político para melhor deixar funcionarem os mecanismos supostamente naturais da economia de mercado, o neoliberalismo deve ajudar a redefinir um novo quadro que seja compatível com a nova estrutura econômica. Mais ainda, a política neoliberal deve mudar o próprio homem. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 89).

Lippmann problematiza a contradição inerente aos discursos economicistas sobre intervenção estatal, destacando como essa dicotomia dificultou a adaptação dos indivíduos à nova ordem social ao obscurecer o papel do Estado "na criação jurídica e inibiu 'as possibilidades de adaptação'" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 94). O autor enfatiza o papel fundamental da educação nesse processo, entendida como instrumento para inculcar o espírito capitalista - justificativa última para o financiamento público da área.

Assim, o ultraliberalismo só se consolidou como racionalidade mediante um sistema normativo sustentado pelo aparato estatal: "o neoliberalismo não é apenas uma ideologia [...] É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Construído por círculos intelectuais, esse paradigma apresentou-se como modelo econômico neutro, mascarando sua natureza normativa e suas bases ideológicas.

Como analisa Brown (2019), essa racionalidade opera precisamente através da negação de sua própria existência enquanto mecanismo de poder. Sua plasticidade discursiva, destacada pela autora, revela a estratégia de autoapagamento perante os grupos mais vulneráveis. Tal racionalidade hegemônica institui o que Foucault (2009) denominou regime de verdade, estabelecendo parâmetros normativos que naturalizam a subordinação social. A pretensa neutralidade neoliberal constitui, assim, um dispositivo de dissimulação, particularmente evidente na naturalização do capitalismo como único sistema possível.

Foucault (2008) conceitua esse fenômeno como governamentalidade neoliberal, entendida como:

(...) conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros –soberania,

disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’. (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

Portanto, evidencia-se que o neoliberalismo se configura como uma racionalidade operacionalizada mediante substancial apoio financeiro corporativo, atuação estratégica de economistas e engajamento de intelectuais europeus, demonstrando seu caráter de construção histórica e política superável. Embora apresentado como sistema lógico-racional, sua materialização efetiva ocorre através de práticas político-econômicas fundamentadas em preceitos de mercado, com o Estado exercendo função de fiador institucional. As particularidades que viabilizaram sua transição de racionalidade para teoria resultaram em significativos impactos negativos nas políticas sociais, demandando, portanto, análise crítica do aparato estatal neoliberal para que, mediante seu reconhecimento como sistema, sejam devidamente atribuídas suas responsabilidades civilizatórias. Dentre tais características, destacam-se aquelas com papel decisivo na produção de exclusão, como a necropedagogia - somente um sistema que naturaliza modos diferenciados de existência e até mesmo genocídios pode engendrar pedagogias tão perversas. Três dimensões são centrais para compreender sua atuação material: (a) gerencialismo na administração pública; (b) construção do sujeito neoliberal; e (c) projeto antidemocrático.

O gerencialismo representa a reconfiguração neoliberal do Estado, transformando a máquina pública em instrumento de mercado. A administração pública, enquanto executora de políticas essenciais - saúde, educação, habitação, meio ambiente - é ressignificada como espaço de gestão empresarial. Sua marca distintiva é a desresponsabilização estatal quanto aos direitos sociais, convertendo o Estado em fiador de políticas excludentes que alimentam uma burguesia estatal. A privatização emerge como estratégia central, construindo narrativas de ineficiência pública para justificar a

mercantilização de direitos. Na saúde, por exemplo, o direito fundamental transforma-se em *commodity*, com lógicas de exclusão inerentes ao mercado, simultaneamente, o neoliberalismo fabrica um novo tipo de subjetividade. Como analisa Brown (2018, p. 08-09), produz-se:

O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital. Mas isso não é tudo. No cerne da democracia moderna figuram as ideias de igualdade e liberdade universais. Quando a democracia passa pela economicização do Estado, da sociedade e dos sujeitos, típica da racionalidade neoliberal contemporânea, esses termos e práticas são metamorfoseados. Eles perdem sua validade política e ganham outra, econômica: a liberdade é reduzida ao direito ao empreendedorismo e sua crueldade, e a igualdade dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores.

A figura do "empreendedor de si" constitui a expressão mais perversa dessa lógica, materializando o projeto neoliberal de dissolução do social em prol de um individualismo radical. Como demonstra a análise foucaultiana, essa racionalidade econômica visa sistematicamente eliminar qualquer forma de sociabilidade não subordinada à lógica mercantil e seus cálculos utilitaristas. Esse processo exige a fragmentação das forças coletivas, isolando os indivíduos e transferindo para o Estado a culpa pelas políticas sociais - agora vistas como privilégios indevidos. Quando o trabalhador deixa de se reconhecer como parte de uma classe com direitos e passa a acreditar que tais conquistas fomentam a dependência estatal, temos a consumação do projeto neoliberal. Esse fenômeno articula-se com um conservadorismo que resgata mitos familiares, patriarcais e nacionalistas como forma de legitimação ideológica.

Em sua essência, o neoliberalismo revela-se profundamente antidemocrático, corroendo os fundamentos da participação cidadã e substituindo-a pela lógica de mercado. Como afirma Foucault, trata-se de uma "reprogramação do liberalismo" que transcende a esfera econômica, reconfigurando as próprias bases da racionalidade política. Esse projeto visa anular as demandas trabalhistas e transformar as instituições sociais,

reduzindo questões como a saúde pública a meros problemas de gestão financeira - ignorando completamente sua dimensão democrática e o processo histórico de construção de sistemas como o Sistema Único de Saúde (SUS). A democracia deveria constituir-se como um modelo de organização social pautado por valores éticos e políticos, no qual a dimensão coletiva fosse prioritariamente considerada na implementação de direitos, na alocação de orçamentos e na definição de investimentos públicos. Em essência, trata-se de assegurar que o poder decisório seja efetivamente exercido por aqueles a quem ele legitima e pertence: a comunidade, por meio de mecanismos de participação cidadã que sejam ativos, inclusivos e eficazes. Essa perspectiva reforça a ideia de que a democracia não se limita a procedimentos formais, mas deve ser um instrumento vivo e dinâmico de transformação social, garantindo a voz e a ação direta dos cidadãos na construção do bem comum.

2. A necropedagogia: a educação da perversidade

Ao abordarmos o conceito de Pedagogia, referimo-nos a um conjunto de métodos e estratégias voltados à formação de condutas individuais e coletivas. Embora frequentemente associada ao espaço escolar institucionalizado, a pedagogia transcende os muros das salas de aula, manifestando-se sob múltiplas formas na sociedade, cada qual portadora de propósitos e ideologias específicas. Como demonstra Paulo Freire em sua obra, a prática educativa deve possibilitar ao sujeito o desenvolvimento de sua "curiosidade epistemológica" (FREIRE, 2019), capacitando-o para o ato criador de aprender-ensinar - reflexão que jamais deveria ter sido marginalizada dos debates políticos.

A educação, nessa perspectiva, não se reduz à mera ação transformadora, mas constitui uma "experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética" (FREIRE, 2019, p.13). Trata-se de um processo que possibilita aos sujeitos históricos não apenas intervir na realidade, mas compreendê-la criticamente, condição fundamental para sua transformação. Nesse sentido, a pedagogia freireana apresenta-se

como antídoto às formas alienantes de educação, ao afirmar o caráter político e emancipatório do ato educativo.

Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro antes que foi novo e se fez velho e se 'dispõe' a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. (FREIRE, 2019, p.15).

É imperativo que o pesquisador atente para o surgimento de pedagogias que se desviam dos princípios éticos emancipatórios. Pedagogias que inibem o pensamento crítico e a diversidade epistemológica devem ser rigorosamente analisadas e confrontadas, pois, como adverte Freire (2019, p.07), educações que se pautam por uma "ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro", renunciam ao seu compromisso humanizador para servir à reprodução das estruturas opressoras. A ética freireana a que nos referimos se constitui como:

(...) que condena o cinismo do discurso (...), que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. (FREIRE, 2019, p.07).

A educação deve necessariamente articular-se aos princípios democráticos, capacitando os sujeitos para uma leitura crítica da realidade que vivenciam. O reconhecimento da pluralidade epistemológica e cultural potencializa a superação do sistema vigente. A problematização da realidade concreta constitui-se como fundamento de uma educação crítica e antineoliberal. Contrapondo-se a essa perspectiva, emergem pedagogias opressoras que visam à despolitização massiva, convertendo os indivíduos em agentes passivos das políticas que regem suas vidas. Tais pedagogias aniquilam progressivamente a capacidade questionadora, obstruindo o

surgimento de alternativas educacionais emancipatórias. Ao domesticar e fragilizar os sujeitos, essas práticas transferem a autonomia intelectual para os aparatos do capitalismo, reduzindo os indivíduos a meros espectadores sociais. Como salienta Safatle (2020), o capitalismo contemporâneo assume contornos profundamente conservadores e perversos, configurando um "estado suicidário". Esse sistema promove ativamente a desigualdade, a violência e práticas genocidas, utilizando a despolitização como estratégia para implementar pedagogias opressoras que garantam sua perpetuação. É nesse contexto que a necropedagogia adquire sua forma mais contundente. A necropedagogia resulta da convergência entre pedagogias opressoras e necropolítica - esta última compreendida como o direcionamento sistemático de violência letal contra corpos considerados descartáveis pelo sistema econômico. Como observa Mbembe (2022, p.27), "qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão", demonstrando as raízes coloniais dessa lógica. No Brasil, o bolsonarismo operacionalizou a necropolítica durante a pandemia, resultando em mais de 700 mil mortes, em sua maioria, evitáveis.

Portanto, a necropedagogia refere-se às estratégias bolsonaristas-neoliberais de doutrinação social, que incluíram: disseminação de desinformação, retirada de direitos sociais, omissão estatal deliberada e discriminação sistemática. Seu objetivo era naturalizar o extermínio de grupos vulneráveis e suprimir resistências, consolidando uma pedagogia da morte como instrumento de governabilidade.

3. A Saúde Pública e a necropedagogia

O campo da saúde, institucionalizado no Brasil em 1988, apresenta marcante característica democrática em sua concepção através do Sistema Único de Saúde (SUS). A democracia que fundamenta o SUS alinha-se a um modelo contra-hegemônico: a democracia direta. Tal concepção democrática representa um espaço fértil para pedagogias políticas que conferem aos cidadãos autonomia de pensamento político conjugada com participação ativa

na definição de agendas governamentais - especialmente nas políticas relativas a direitos fundamentais, orçamento público e acesso a serviços coletivos, visando corrigir desigualdades historicamente constituídas. Contudo, assistimos atualmente a um processo de erosão das bases do regime democrático, reflexo direto da agenda neoliberal que transforma o conceito de democracia em mero instrumento organizacional, afastando os cidadãos dos processos decisórios fundamentais com o objetivo explícito de despolitização. Quando o sistema político-econômico introduz discursos estrategicamente elaborados para fragilizar a noção de democracia, seu verdadeiro propósito reside no enfraquecimento e desconstrução do Estado Democrático de Direito.

O neoliberalismo tinha o franco objetivo de dismantlar o Estado social, seja privatizando-o (a revolução Reagan-Thatcher), seja delegando suas tarefas (a "Grande Sociedade" do Reino Unido e os "mil pontos de luz" de Bush), seja eliminando completamente tudo o que resta de bem-estar social ou "desconstruindo o Estado administrativo" (o objetivo de Steve Bannon para a presidência de Trump). Em cada caso, não é apenas a regulação e a redistribuição sociais que são rejeitadas como interferência inapropriada nos mercados ou como assaltos à liberdade. A dependência da democracia em relação à igualdade política também é aliçada. O ataque neoliberal ao social, (...), é fundamental para gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social - seu inimigo declarado. (BROWN, 2018, p.39).

A democracia hegemônica, de caráter meramente representativo, deve ser confrontada mediante o fortalecimento da justiça social enquanto antídoto às estratificações, exclusões e desigualdades historicamente naturalizadas pelo projeto privatista. Para tanto, é fundamental problematizar a influência das agendas neoliberais no esvaziamento da democracia como valor civilizatório.

O governo Bolsonaro (2019-2022) configurou-se como manifestamente antidemocrático, implementando um projeto autoritário incompatível com a democracia participativa, caracterizado pela supressão de direitos sociais e pelo desfinanciamento de políticas públicas essenciais. A pandemia de COVID-19 evidenciou a crueldade intrínseca a esse projeto político. Além de reduzir os recursos para a saúde em plena crise sanitária - resultando em mais de 700 mil óbitos -, o governo revelou uma necropolítica que flerta abertamente com o fascismo, institucionalizando o que podemos caracterizar como uma "gestão da morte" de setores populacionais considerados descartáveis. Como analisa Nobre (2020), a incapacidade de implementar plenamente seu projeto autoritário decorreu da recusa em reorganizar o Estado para o enfrentamento da pandemia, pois tal medida significaria aderir à normalidade democrática. Nobre (2020, p. 21-22) salientou esse movimento e o caracterizou como "caos como método", segundo ele:

No caso da pandemia, Bolsonaro levou o caos como método ao limite. Interpretou a COVID-19 como uma manobra política para tentar enquadrá-lo no "sistema". E a interpretação tem lá sua razão de ser: de fato, não há como combater o vírus e enfrentar a crise econômica que acompanha a crise sanitária sem governar, algo que Bolsonaro não pode nem pretende fazer. É preciso mais do que governar, aliás: é necessária uma gigantesca reorganização do "sistema". Nem mesmo fazer funcionar o "sistema" é mais suficiente, o desafio é de outra ordem de grandeza, exige um esforço adequado a uma emergência nacional. Por isso mesmo, não existe a possibilidade de que Bolsonaro vá além do que já não fez, não existe a possibilidade de que vá fazer um esforço que exige ir ainda além de governar no sentido habitual do termo.

Essa análise revela como o projeto bolsonarista operou através de uma estratégia dupla: de um lado, a desorganização sistemática do Estado e das políticas públicas; de outro, a naturalização do caos como forma de governo. Tal dinâmica não apenas aprofundou os impactos da pandemia, mas também consolidou um modelo de gestão da crise que privilegiou interesses políticos e econômicos em detrimento da vida da população. A recusa em governar transformou-se, assim, em método de destruição institucional e social, com consequências que permanecem visíveis na atual configuração do Estado brasileiro.

O governo optou por uma estratégia belicista, tratando as vítimas como "soldados mortos em combate" - metáfora que naturaliza a negligência estatal. Safatle (2020) avança nessa análise ao caracterizar o Brasil sob Bolsonaro como um "Estado suicidário", estágio extremado do neoliberalismo que transcende a necropolítica descrita por Mbembe. Trata-se de um projeto que não apenas administra a morte, mas promove ativamente a destruição de suas próprias bases sociais, particularmente dos segmentos mais vulneráveis.

Um estado como o nosso não é a penas o gestor da morte. Ele é o ator contínuo de sua própria catástrofe, ele é o cultivador de sua própria explosão. Para ser mais preciso, ele é a mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição. O fim da Nova República terminará em um macabro ritual de emergência de uma nova forma de violência estatal e de rituais periódicos de destruição de corpos. (SAFATLE, 2020, p. 02).

O autor identifica no governo características de um fascismo contemporâneo cuja potência se manifesta precisamente ao confrontar seus limites existenciais, distinguindo-se de um autoritarismo convencional que simplesmente emprega violência contra opositores. Historicamente, a sociedade brasileira tem operado uma distinção ontológica entre "pessoas" - cujas mortes geram comoção coletiva - e "coisas" - cujos óbitos se reduzem a estatísticas desprovidas de significado humano. Como afirma Safatle (2020, p.05): "Agora, chegamos à consagração final desta lógica. A população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma".

A conjunção entre a pandemia e o colapso do sistema público de saúde evidenciou essa orientação neofascista do governo contra segmentos populacionais específicos, ao mesmo tempo em que reconfigurava uma necropedagogia. Esse processo torna-se visível na esfera da política sanitária, que revela as estratégias governamentais de eliminação sistemática - seja através do subfinanciamento, seja pelo desvio de recursos - consolidando uma noção de descartabilidade humana. Em última instância, trata-se da institucionalização da morte como política dirigida aos considerados

indesejáveis pela elite econômica: aqueles sistematicamente excluídos do acesso a condições dignas de existência e que, enquanto sociedade, optamos por abandonar à própria sorte.

No contexto brasileiro, a implementação de políticas neoliberais resultou no abandono sistemático da população, materializado em medidas coercitivas que forçaram a exposição ao vírus sem garantias de assistência hospitalar adequada. Essa abordagem transformou a saúde - direito fundamental constitucional - em mera mercadoria, submetida às leis de mercado. Essa postura foi reforçada por declarações presidenciais que ridicularizavam medidas científicas de prevenção, como evidenciado na afirmação de que "Se você virar um jacaré, é problema seu" (BRASIL, Revista Isto É, 2020), referindo-se aos possíveis efeitos da vacinação. A gestão pandêmica caracterizou-se pela desorganização intencional do calendário vacinal - justificada pela falsa alegação de ineficácia das vacinas - enquanto se destinavam recursos públicos a tratamentos sem comprovação científica, como a hidroxicloroquina. Essa substância, além de ineficaz, agravou quadros clínicos, contribuindo para o aumento da mortalidade. Tal conduta revela uma necropolítica deliberada, que privilegiou interesses ideológicos e econômicos em detrimento da preservação de vidas.

Os apoiadores do discurso oficial foram submetidos a um processo de radicalização que consolidou uma pedagogia antissistêmica, antidemocrática e genocida, cujos efeitos perversos persistem no tecido social mesmo após o término do governo Bolsonaro. Como estratégia política, a despolitização deliberada aprofundou a ruptura do diálogo social, comprometendo o pluralismo ideológico fundamental para a prática democrática. Nesse contexto, práticas antidemocráticas encontram terreno fértil em discursos autoritários que deslegitimam instituições protetoras de direitos, reduzindo a democracia a um mero formalismo desprovido de conteúdo substantivo. Durante a pandemia, a necropolítica foi instrumentalizada como mecanismo de eliminação física tanto de opositores políticos quanto de críticos do sistema capitalista, materializando-se na gestão diferencial do acesso à saúde -

privilegiando alguns grupos enquanto condenava outros ao abandono estatal. A necropedagogia, assim implementada, promove a alienação política dos cidadãos, beneficiando diretamente as elites econômicas que patrocinam políticas em benefício próprio, mesmo às custas de vidas humanas. Como característica fundamental, essa pedagogia da morte opera através da completa dessensibilização social frente ao sofrimento alheio.

Considerações finais

A necropedagogia evidenciada nas políticas de saúde pública durante a pandemia desvela a radicalização da perversidade estrutural exigida pelo Estado neoliberal para manter sua agenda de exploração sistêmica da força de trabalho. O contexto pandêmico expôs de maneira cristalina como, mesmo ante uma crise sanitária global sem precedentes, a lógica acumulativa do capital não sofreu interrupções substantivas em seu funcionamento. Nesse cenário, os trabalhadores, submetidos a sofisticados aparatos de manipulação discursiva e simbólica, experimentaram um processo acelerado de erosão de sua capacidade crítica e política. Como contraponto essencial a essa dinâmica perversa, torna-se premente resgatar e atualizar as pedagogias críticas no debate público, criando não apenas fissuras, mas verdadeiras brechas no projeto neoliberal - cuja expansão geopolítica e aprofundamento institucional multiplicam em progressão geométrica seus efeitos letais sobre as populações vulnerabilizadas. A hegemonia da racionalidade neoliberal, enquanto matriz epistêmica dominante, não pode permanecer incontestada em nosso projeto de sociedade, exigindo a construção de alternativas radicais de pensamento e ação. Nesse sentido, é fundamental desenvolver saberes insurgentes e contra-hegemônicos capazes não apenas de confrontar, mas de desmontar essas premissas destrutivas - que não apenas aprofundam crises sociais multidimensionais de complexidade inédita, como também produzem deliberadamente a impossibilidade de soluções dentro do marco institucional vigente. A construção coletiva de alternativas epistemológicas, políticas e econômicas transformadoras converte-se em imperativo histórico para

romper definitivamente com essa lógica necrófila e thanatopolítica que subordina de maneira absoluta a vida humana, os ecossistemas e as relações sociais aos imperativos abstratos da acumulação capitalista em sua fase atual de financeirização e crise civilizatória.

*** Gabriela de Abreu Oliveira** é doutoranda em Educação pela UFRGS, Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) na área de concentração em Ciência Política. Graduada do curso de Administração: sistemas e serviços de saúde pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Participante do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública da UFRGS.

Contato: gabi.administracao@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4193510111991908>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2344-6784>

Artigo recebido em: 14/09/2024

Aprovado em: 01/08/2025

Como citar este texto: OLIVEIRA, Gabriela de Abreu. As políticas neoliberais brasileiras na condução da pandemia: uma necropedagogia. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 02, e1127647, 2025.

Referências bibliográficas

- BOLSONARO sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’ Pública: **Revista Isto é**, Notícia de Dezembro de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>>.
- BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2022.
- NOBRE, Marcos. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.
- SAFATLE, V. **Bem-vindo ao estado suicidário**. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- TEIXEIRA, Luiz Belmiro. **Bolsonarismo e necropolítica**. Curitiba: Kotter Editorial, 2022.